

**HABEAS CORPUS Nº 492.580 - SP (2019/0037782-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : GABRIELA FONSECA DE LIMA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : AHMAD LAKIS NETO - SP294971  
DOUGLAS RODRIGUES DE OLIVEIRA - SP327671  
GABRIELA FONSECA DE LIMA - SP0252422  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DANIEL YURI DE SOUZA PEREIRA (PRESO)

**EMENTA**

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneas as razões invocadas para embasar a ordem de prisão do réu, pois demonstram a gravidade concreta da conduta perpetrada – em concurso de agentes e mediante emprego ostensivo de arma de fogo – e o risco de reiteração delitiva, evidenciado por dossiê da autoridade policial que noticia haver indícios da prática de outros dois crimes de mesma natureza e com idêntico *modus operandi*, circunstâncias suficientes, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para a imposição da custódia provisória.

3. Ordem denegada.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, denegar

a ordem, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

